

“Óleos lubrificantes Usados e o Meio Ambiente”

Resolução CONAMA N^o 362/2005

PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES USADOS OU CONTAMINADOS (“OLUCs”)



abema

associação brasileira de entidades estaduais de meio ambiente

APOIO:



SÃO PAULO – NOVEMBRO/2006

INDICE:

Introdução.....xx



I) CONSIDERAÇÕES GERAIS

- (1) O Óleo Usado ou Contaminado (OLUC).....zz
- 1.1- Tipos de óleos.....kk;
 - 1.2- Classificação do OLUC como resíduo.....zz
 - 1.3-- Poluição por OLUCs.....yy;
 - 1.4 - Destinação final dos OLUCs.....HH
- (2) Como se dá a geração de OLUCs..
- (3) Logística na comercialização de óleos lubrificantes no Brasil
- (4) O processo de rerrefino de OLUCs.....yy
- (5) Licenciamento Ambiental de atividades que envolvam OLUCs.....tt

II) DAS INFRAÇÕES E PROCEDIMENTOS FISCALIZATÓRIOS

- 1) Do Cadastro Técnico Federal – CTF.....ww
- 2) Do Licenciamento Ambiental de Atividades que envolvam OLUCs...tt
- 3) Da fiscalização da Coleta,.....vvv
- 4) Do transportelll
- 5) Da destinação Final ambientalmente correta.....ss

III) LEGISLAÇÃO APLICADA

- Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1988.....rr
- Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005zz



1.1) Tipos de Óleos

“Óleo queimado ou óleo de motor”

X

Óleos Combustíveis

- **BPF**
- **“Bunker”(navios)**

1.2-Classificação do OLUC como resíduo – NBR 10.004/2004



Código de identificação	Resíduo perigoso	Constituinte Perigoso	Características de periculosidade
F130	Óleo lubrificante usado ou contaminado	Não aplicável	Tóxico

IMPORTAÇÃO:

- **Convenção da Basiléia**
- **Resolução CONAMA Nº 23/96**
- **Decreto Nº 4.581, de 27 de janeiro de 2003**
(A3020 Resíduos de óleos minerais **impróprios para o uso original**)



1.3 – Poluição por OLUCs

- 1 t/dia de óleo lubrificante usado para o solo ou cursos d'água equivale ao esgoto doméstico de 40 mil habitantes;
- a combustão de 20 litros de óleo usado liberam para o ar, aproximadamente, 20 g de metais pesados ;
- O descarte de óleo diretamente no solo, além de impactar este compartimento ambiental, pode ser carregado para o lençol freático e daí para os aquíferos, causando o comprometimento destes recursos.



1.4- Destinação final dos OLUCs

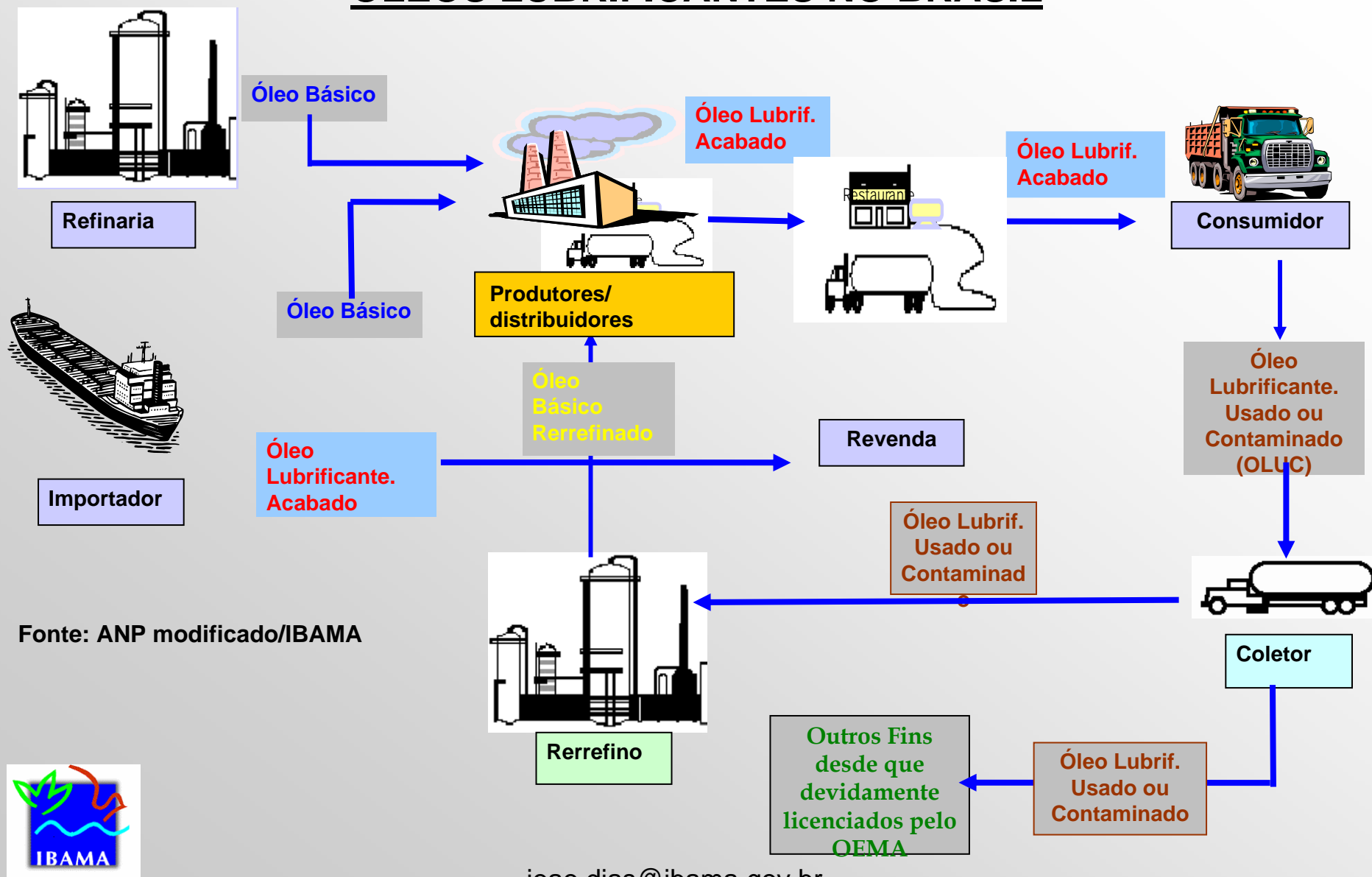
- reciclagem, através do processo de rerrefino (artigo 3º da Resolução CONAMA Nº 362/05);
- Entre 1991 - 1993, a ONU financiou estudos sobre a disposição de óleos usados. A principal conclusão desses estudos foi que a solução para uma disposição segura de óleos lubrificantes usados é **o rerrefino** (reciclagem).
- Óleos básicos oriundos do rerrefino - “Programa de Uso Eficiente e Combate ao Desperdício de Derivados de Petróleo e Gás Natural”(MME/ANP)

(2) COMO SE DÁ A GERAÇÃO DE OLUCs



- USO -degradação termoxidativa do óleo e o acúmulo de contaminantes;
- OLUCs contêm produtos resultantes da deterioração parcial dos óleos:
- *compostos oxigenados (ácidos orgânicos e cetonas);*
- *compostos aromáticos polinucleares(HPAs) de viscosidade elevada, resinas e lacas;*
- *aditivos que foram adicionados ao básico no processo de formulação de lubrificantes não consumidos (anti-oxidantes, anti-corrosivos, anti-ferrugem, anti-espumantes, etc);*
- *metais de desgaste dos motores e das máquinas lubrificadas (chumbo, cromo, bário e cádmio); e*
- *contaminantes diversos, como água, combustível não queimado, poeira e outras impurezas.*

(3) LOGÍSTICA DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS ÓLEOS LUBRIFICANTES NO BRASIL



Fonte: ANP modificado/IBAMA



joao.dias@ibama.gov.br

(4) O PROCESSO DE RERREFINO DE OLUCs

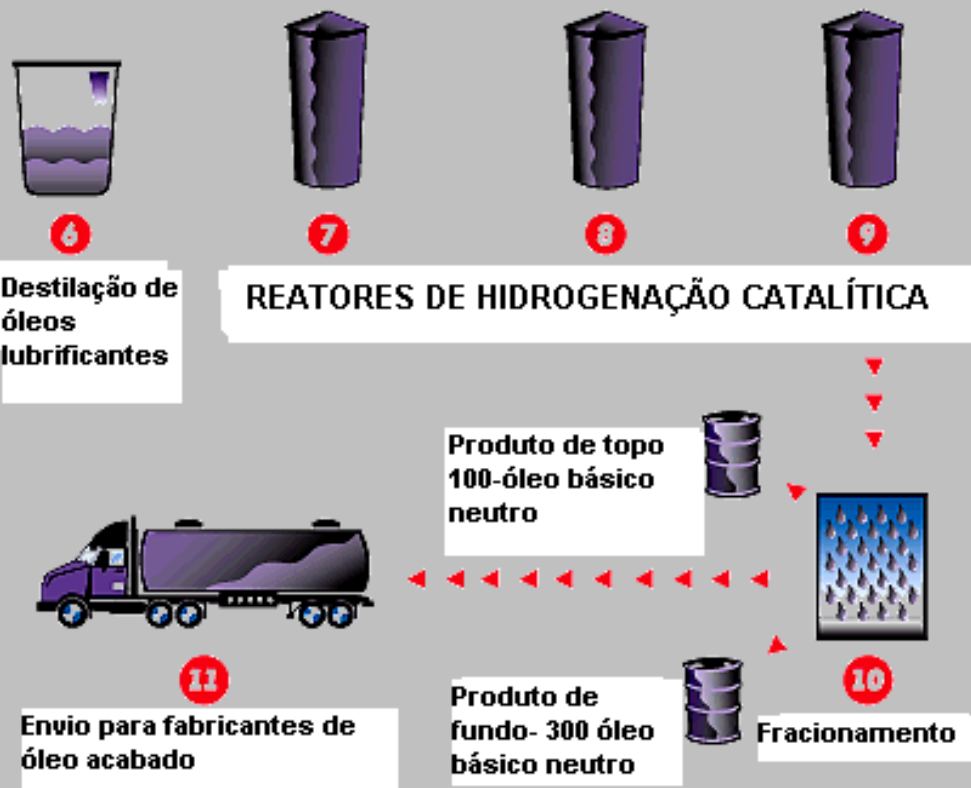


1ª ETAPA - DESTILAÇÃO A VÁCUO

Água na forma de vapor é resfriada em sistema fechado, captada e tratada em lagoas de tratamento biológico antes da disposição final.



2ª ETAPA - HIDROGENAÇÃO CATALÍTICA



Fonte : www.ciwmb.ca.gov/usdoi/rerefined

joao.dias@ibama.gov.br

(5) DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AS ATIVIDADES QUE ENVOLVAM OLUCS



5.1-Dos produtores e importadores de óleos lubrificantes acabados

1. *Registro na ANP como produtor e/ou importador de óleos lubrificantes acabados;*
2. *Licenciamento ambiental da(s) unidade(s) produtora(s) e/ou armazenadora (s), emitido pelo órgão ambiental competente;*
3. *Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF) na categoria respectiva;*
Obs: categorias no CTF;

Produtor

Indústria química / fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo - Res. Conama Nº. 362/2005

Importador

Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio / comércio de produtos químicos e produtos perigosos - Res. Conama No. 362/2005;

4. *Documento(s) comprobatório(s) da contratação de empresa(s) coletora(s) (contrato) para realização da coleta de OLUcs, indicando o percentual mínimo dado pela Resolução CONAMA em questão*

(5) DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AS ATIVIDADES QUE ENVOLVAM **OLUCS**



- **5.2-Dos revendedores de óleos lubrificantes acabados**

*“XV – revendedor – pessoa jurídica que comercializa óleo lubrificante acabado no atacado e no varejo tais como: **postos de serviço, oficinas, supermercados, lojas de autopeças, atacadistas**, etc; e”(inciso XV do artigo 2º da Resolução 362/2005)*

1. *Licenciamento ambiental do(s) estabelecimento(s) revendedor(es) ou armazenador(es), emitido pelo órgão ambiental competente **quando aplicável**;(exemplo:postos de serviço)*
2. *Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF) na categoria respectiva quando aplicável (exemplo: postos de serviço)*
3. **Certificados de coleta** *de óleo lubrificante usado ou contaminado emitidos por coletor(es) autorizado(s);*

(5) DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AS ATIVIDADES QUE ENVOLVAM OLUCS



- 5.3-Dos geradores de OLUCs

*“gerador – **pessoa física** ou **jurídica** que, em decorrência de sua atividade, gera óleo lubrificante usado ou contaminado”.(artigo 2 inciso V da Resolução)*

- ***todas as pessoas** que geram quaisquer quantitativos de OLUCs-Extremamente pulverizado –Fiscalização praticamente inexecutável*
- *Embora os geradores possuam a responsabilidade de recolher todo os OLUCs gerados (artigo 5º da Resolução CONAMA Nº 362/2005), geralmente o fazem em **estabelecimentos de revenda que comercializam lubrificantes novos no ato da troca;***
- *Todavia a simples disposição de OLUCs diretamente no meio ambiente, por **quem quer que seja em qualquer quantidade**, se constitui em **crime ambiental**.*

(5) DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AS ATIVIDADES QUE ENVOLVAM OLUCS



5.4-Dos coletores de OLUCs

*coletores - pessoas **jurídicas**, devidamente cadastradas junto ao Órgão Regulador da Indústria do Petróleo - ANP (Portaria ANP Nº 127/99) e licenciadas pelo órgão ambiental competente (artigo 2º inciso I da Resolução 362/2005),*

- 1. Registro na ANP como coletor de OLUCs e cumprimento aos demais ditames da Portaria Nº 127/99;*
- 2. Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais (CTF) na categoria respectiva;*

Obs: categoria no CTF

Coletor

Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio / transporte de cargas perigosas - Res. Conama No. 362/2005

- 3 Equipamentos e documentação pertinente ao **transporte de cargas perigosas** atendendo a legislação específica em vigor (Decreto Nº 96.044/88 e Resolução Nº 420/2004, da – ANTT);*
- 4 Autorização (**Licenciamento Ambiental**) para a realização da atividade de transporte de resíduos perigosos, emitido pelo órgão ambiental competente;*
- 5 Cópias dos **Certificados de Coleta** emitidos por ocasião de cada aquisição de OLUC junto aos geradores ou revendedores;*
- 6 Cópias dos **Certificados de Recebimento** obtidos por ocasião da entrega dos OLUCs aos rerrefinadores*

coleta



“Art. 4º da Portaria ANP 127/99

VIII - indicar nas laterais e parte traseira dos tanques dos caminhões, próprios ou arrendados, em letra (fonte) Arial tamanho 30cm, os seguintes dizeres: **ÓLEO LUBRIFICANTE USADO - COLETOR AUTORIZADO ANP Nº ____** (citar o número da Autorização);”(grifos nossos)



Sugestão de requisitos para uma Licença/Autorização de Operação de transporte de OLC

- **Número de veículos envolvidos no transporte de OLCs;**
- **placas dos veículos;**
- **Classe de risco dos produtos transportados;**
- **Simbologia e rótulos de risco;**
- **Condutores habilitados com curso de Movimentação de cargas Perigosas – MOPE;**
- **Responsáveis em caso de acidentes;**
- **etc**

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE XXXXXX

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO N.º 2857/2006-DL

A fundação xxxxx, criada pela Lei Estadual n.º 9.077 de 04/06/90 e com seus Estatutos aprovados pelo Decreto n.º 33.765, de 28/12/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto n.º 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo n.º 0896-05.67/06-8 e CERCAP N.º 30.3250, expede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO que autoriza o:

EMPREENDIMENTO: 148576

CODRAM: 4710,10.

EMPREENDEDOR:

ENDEREÇO: Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 990 – Bairro São Luiz,

MUNICÍPIO: COBORNAS - SP

a promover a operação relativa

à atividade de: FONTES MÓVEIS DE POLUIÇÃO, com 49 veículos, no Estado do YYYYYY

para transportar: PRODUTOS CLASSE 9, conforme Resolução n.º 420, de 31/05/2004, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e RESÍDUOS CLASSE I, conforme NBR 10004 e NBR 13221.

Com as seguintes condições e restrições:

1-o empreendedor deverá observar a legislação federal referente ao:

a) transporte de produtos perigosos,

b) Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores;

2-realizar o transporte dos resíduos Classe I acompanhados do Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, emitido pelo gerador do resíduo, conforme o Art. 12 do Decreto Estadual n.º 38.356, de 01/04/1998;

3-os caminhões da empresa deverão estar com a simbologia e a documentação conforme o Decreto n.º 96.044/88 e NBR 13.221 e o motorista habilitado para o transporte de produtos e resíduos perigosos;

4-os resíduos deverão ser transportados, da origem ao destinatário, em recipientes, equipamentos, que evitem derrames ou emissões gasosas, sob orientação do responsável técnico pela empresa;

5-é vedado a coleta e o transporte de embalagens plásticas de óleo lubrificante pós consumo, à empresas que não sejam credenciadas pelo distribuidor ou fabricante destes produtos, conforme Portaria N.º WWW 2003, de 13/05/2003;

6-o gerador do resíduo e o local de destinação final deverão estar licenciados pela FUNDAÇÃO XXX

7-em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, FUND.XX deverá ser imediatamente informada pelo telefone (51) 9982-7840.

8-a responsável técnica pelo transporte da Empresa é a Eng.ª Quím.FULANA DE TAL, que em caso de emergência deve ser acionada pelos telefones (51, 3333.3333 'Empreendedor), (51)4444.4444 ou (51) 5555.5555 ou (51) 6666.6666

9-as ARTs com prazo de validade deverão ser renovadas e apresentadas a , sob pena de cancelamento desta licença;

10-são os seguintes os veículos objeto desta licença:

Caminhões: (49)

BIS 8674

BJF 1149

BJF 1204

BJF 3076

BTO 1718

CAF 5031

CEN 5199

CEN 6599

CEN 6799

CEN 7699

CWC 2173

CWC 3184

CWC 3185

CWC 4085

CWC 4095

CWC 4105

CWC 4115

CWC 4125

CWC 4135

CWC 4145

CWC 4155

CWC 4165

CWC 4175

CWC 4185

CWC 4195

CWC 4205

CWC 4215

CWC 4225

CWC 4235

CWC 4245

CWC 4962

CWC 4963

DKT 5719

DKT 5720

DKT 5721

DKT 5722

DKT 5723

DKT 5724

DKT 5725

DKT 5726

DKT 5728

DKT 5729

DKT 5730

DKT 5731

DKT 5732

DNZ 0727

DNZ 0764

DNZ 0765



MODELO DE CERTIFICADO DE COLETA DE OLUCs



		ANEXO IV					
DADOS DA COLETORA NOME _____ Endereço: _____ Cadastro na ANP nº _____				CERTIFICADO DE COLETA DE ÓLEO USADO nº _____ Local _____ UF _____ Data ____/____/____ –			
Declaramos haver coletado o volume de óleo lubrificante usado ou contaminado, conforme discriminado ao lado, do gerador abaixo identificado:				Óleo automotivo			LITROS
				Óleo Industrial			LITROS
				Outros			LITROS
				Soma			LITROS
RAZÃO SOCIAL							
RUA (nome n.º etc)							
BAIRRO				CIDADE			UF
CEP				CGC Nº			
FONE				FAX			
1ª via (Gerador)			2ª via (Fixa/Contabilidade)			3ª via (Reciclador)	
Assinatura do Gerador (Detentor)				Assinatura do Coletor			

joao.dias@ibama.gov.br

MODELO DE CERTIFICADO DE RECEBIMENTO DE OLUCs



	ANEXO III					
DADOS DA RERREFINADORA NOME Endereço: Cadastro na ANP nº			CERTIFICADO DE RECEBIMENTO DE ÓLEO USADO nº _____ Local _____ UF _____ Data ____/____/____			
Declaramos haver recebido o volume de óleo lubrificante usado ou contaminado, conforme discriminado ao lado, do Coletor abaixo identificado:			Óleo automotivo			LITROS
			Óleo Industrial			LITROS
			Outros			LITROS
			Soma			LITROS
RAZÃO SOCIAL						
RUA (nome n.º etc)						
BAIRRO			CIDADE			UF
CEP			CGC Nº			
FONE		FAX			CADASTRO ANP N.º	
1ª via (Coletor)		2ª via (Fixa talão)			3ª via (Contabilidade)	
Assinatura do Emissor (Detentor)						
<div style="text-align: center;">joao.dias@ibama.gov.br</div>						

(5) DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AS ATIVIDADES QUE ENVOLVAM **OLUCS**



- **5.5-Dos rerrefinadores**

“pessoa jurídica, responsável pela atividade de rerrefino, devidamente autorizada pelo órgão regulador da indústria do petróleo para a atividade de rerrefino e licenciada pelo órgão ambiental competente.” (artigo 2º inciso XIII)

1. *Registro na ANP como rerrefinador de óleos lubrificantes usados ou contaminados;*
2. *Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais (CTF) na categoria respectiva;*

- Obs: categoria no CTF

Rerrefinador

Indústria química / produção de óleos – Res. Conama Nº. 362/2005

- 3 *Licenciamento ambiental da(s) unidade(s) rerrefinadora(s) bem como do(s) depósito(s) de armazenamento provisório(s) de OLUCs, emitido(s) pelo órgão ambiental competente ;*
- 4 *Cópias dos **Certificados de Recebimento** emitidos por ocasião do recebimento das partidas de OLUCs dos coletores;*

(6) Licenciamento Ambiental das Atividades que envolvam OLUCs



6.1) PRODUTORES/IMPORTADORES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES

- *Unidades produtoras e depósitos para armazenamento de óleo acabado*

6.2) REVENDEDORES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES ACABADOS

- *Postos de serviço – **Sim**;*
- *Supermercados- **Não***
- *Supertrocas- **Não** (????)*
- *Oficinas Mecânicas – **Não** (????)*

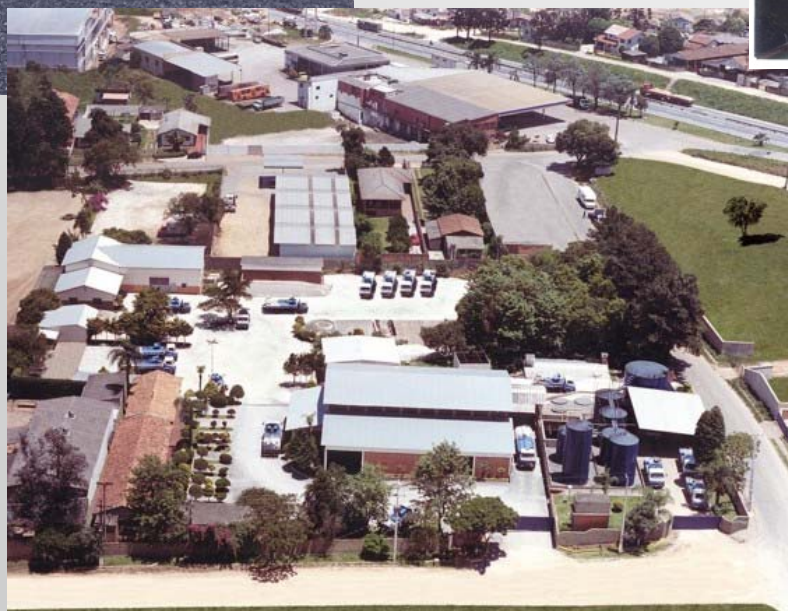
6.3) COLETA DE OLUCS

- *Centros de coleta (Depósitos e tancagens temporários)*

6.4) RERREFINADORES

- *Unidades de rerrefino e tancagens para armazenamento*

CENTROS DE COLETA (DEPÓSITOS /TANCAGENS TEMPORÁRIOS)



joao.dias@ibama.gov.br

Questão do Licenciamento Ambiental para destinação adequada de OLUCs

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 362/2005



*“Art. 3º Todo o óleo lubrificante usado ou contaminado coletado deverá ser destinado à **reciclagem por meio do processo de rerrefino.**”(grifos nossos)*

*“§ 1º A reciclagem referida no caput poderá ser realizada, a critério do órgão ambiental competente, por meio de outro processo tecnológico com **eficácia ambiental comprovada equivalente ou superior ao rerrefino.**” (grifos nossos);*

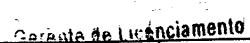
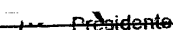
*§ 3º Comprovada, perante ao órgão ambiental competente, a **inviabilidade de destinação prevista no caput e no § 1º deste artigo, qualquer outra utilização do óleo lubrificante usado ou contaminado dependerá do licenciamento ambiental.**” (grifos nossos)*

Questão do Licenciamento Ambiental para destinação adequada dos OLUCs



- “Art. 13. Para fins desta Resolução, **não se entende a COMBUSTÃO ou INCINERAÇÃO de óleo lubrificante usado ou contaminado como formas de reciclagem ou de destinação adequada.**”(grifos nossos)

Questão do Licenciamento para destinação adequada

LICENÇA DE OPERAÇÃO N.º 00 56/2003		1 – VALIDADE 07/01/2004	
OEMA, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o n.º expede a presente Licença de Operação à:			
2 – RAZÃO SOCIAL		EMPRESA BENEFICIADORA DE GIPSITA LTDA	
3 – ENDEREÇO			
Fazenda Lagoa de Dentro, Quadra B, Lote - s/n – Zona Rural			
4 – Município		5 – CEP	
CASA DA MÃE JOANA/RF			
6 – CGC/MF		7 – INSCRIÇÃO ESTADUAL	
33333333/0001-33		554433.22.333.1	
8- CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO			
<p>A empresa enquadra-se na Tipologia Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos, Classe "H", cuja atividade consiste no beneficiamento de gipsita. O abastecimento d'água é feito através de poço próprio e os efluentes sanitários carreados para uma fossa séptica. O calor necessário ao processo é gerado através de 03 (três) fornos, que utilizam BPF como elemento combustível.</p>			
9-EXIGÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> Deverá efetuar, periodicamente, manutenção no sistema final de esgotamento sanitário; Deverá manter em perfeito funcionamento o sistema de controle das emissões atmosféricas. 			
10 – REQUISITOS			
11 – A concessão da presente licença não impedirá que aOEMA venha a exigir a adoção de medidas corretivas, desde que necessárias, de acordo com a legislação de controle ambiental vigente.			
12 – DATA 07/01/03		13 – GERENTE DE LICENCIAMENTO	
		 Gerente de Licenciamento	
14 – DIRETOR		01 /01	
 Presidente			



Questão do Licenciamento para destinação adequada



LICENÇA DE OPERAÇÃO N.º 00 56/2003		1 - VALIDADE 07/01/2004	
com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o conteúdo no expediente protocolado sob o n.º expede a presente			
Licença de Operação à:			
2 - RAZÃO SOCIAL		EMPRESA BENEFICIADORA DE GIPSITA	
3 - ENDEREÇO			
Fazenda Lagoa de Dentro, Quadra , Lote - s/n - Zona Rural			
4 - Município		5 - CEP	
CASA DA MÃE JOANA/RF			
6 - CGC/MF		7 - INSCRIÇÃO ESTADUAL	
3333333333/0001-33		554433.22.333.1	
8 - CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO			
A empresa enquadra-se na Tipologia industria de Produtos Minerais Não Metálicos, Classe "H", cuja atividade consiste no beneficiamento de gipsita. O abastecimento d'água feito através de poço próprio e os efluentes sanitários carreados para uma fossa séptica. O calor necessário ao processo é gerado através de 03 (três) fornos que utilizam óleo lubrificante contaminado com BPF como elemento combustível.			
9 - EXIGÊNCIAS			
<ul style="list-style-type: none"> Deverá efetuar, periodicamente, manutenção no sistema final de esgotamento sanitário; Deverá manter em perfeito funcionamento o sistema de controle das emissões atmosféricas. 			
10 - REQUISITOS			
11 - A concessão da presente licença não impedirá que OEMA venha a exigir a adoção de medidas corretivas, desde que necessárias, de acordo com a legislação de controle ambiental vigente.			
12 - DATA 07/01/03		13 - GERENTE DE LICENCIAMENTO	
14 - DIRETOR		Gerente de Licenciamento	
		01/01	

Presidente

II) DAS INFRAÇÕES E PROCEDIMENTOS

FISCALIZATÓRIOS



II .1) Das infrações a documentação obrigatória

➤ Exercer as atividades dadas pela Resolução nº 362/05 sem possuir registro na ANP

(a) Empresa produtora e/ou importadora de óleos lubrificantes acabados que não possui registro na ANP para exercício dessa(s) atividade(s)

As empresas produtoras e/ou importadoras de óleo lubrificante acabado deverão estar devidamente registradas na ANP de acordo com a legislação pertinente (Lei nº 9.847/99).

Procedimento fiscalizatório:	<i>verificação de documentação pertinente.</i>	
Penalidade (s):	<i>Base legal</i>	<i>Valor.</i>
<i>Aplicação de multa</i>	<i>artigo 3º da Lei Nº 9.847, DE 26.10.1999, descrito a seguir: “Art. 3º. A pena de multa será aplicada na ocorrência das infrações e nos limites seguintes: I - exercer atividade relativa à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, sem prévio registro ou autorização exigidos na legislação aplicável”(grifos nossos)</i>	<i>de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);</i>

II .1) Das infrações a documentação obrigatória



(c) Coletor de OLUCs

Assim como os entes supramencionados, o coletor de OLUCs deverá estar devidamente cadastrado na **ANP**.

Procedimento fiscalizatório	<i>verificação de documentação pertinente</i>	
<i>Penalidade(s)</i>	<i>Base legal</i>	<i>Valor</i>
<i>Aplicação de multa</i>	<ul style="list-style-type: none">• artigo 3º da Lei Nº 9.847, de 26.10.1999, (retromencionado)<i>Art. 2º. Da Portaria ANP Nº 127/99, descrito a seguir:</i> <i>“Art. 2º Para o exercício da atividade de coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado é necessário possuir cadastro expedido pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.”</i>• <i>Art 2º, inciso I da Resolução Nº 362/2005</i>	<i>de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);</i>

➤ **Exercer as atividades dadas pela Resolução Nº 362/2005 sem estar cadastrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF**



Empresas produtora/ importadora/revendedora de óleos lubrificantes acabados (quando aplicável); coletor/errefinador de óleos usados ou contaminados

As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de **(produtor/importador/revendedor de óleos lubrificantes acabados)/ (coletor/errefinador de óleos usados ou contaminados)** que não estejam cadastradas no CTF

Procedimento fiscalizatório:	verificação de documentação pertinente - CTF	
Penalidade (s):	Base legal	Valor.
Aplicação de multa	<p>•Lei Nº 6.938/81 art 17 inciso II</p> <p>As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de (produtor/importador/revendedor de óleos lubrificantes acabados)/ (coletor/errefinador de óleos usados ou contaminados) mencionadas nos incisos I e II do art. 17 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir ao da publicação desta Lei incorrerão em infração punível com multa(...)</p>	<p>de R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS) a R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS) dependendo do porte da empresa</p>


➤ **Coletores que deixarem de apresentar os comprovantes dos CERTIFICADOS DE COLETA, emitidos por ocasião da coleta dos OLUCs junto aos geradores e os CERTIFICADOS DE RECEBIMENTO, recebidos por ocasião das entrega dos OLUCs aos rerrefinadores;**

<u>COLETORES</u>		
Procedimento fiscalizatório:	<i>verificação de documentação pertinente – Certificados de Coleta e Certificados de Recebimento</i>	
Penalidade (s):	<i>Base legal</i>	<i>Valor.</i>
<i>Aplicação de multa</i>	<i>artigo 3º, inciso VI da Lei Nº 9.847, de 26.10.1999, a saber:</i> <i>“VI - não apresentar, na forma e no prazo estabelecidos na legislação aplicável ou, na sua ausência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os documentos comprobatórios de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis;”</i> <i>Artigo 10, inciso IV, da Resolução CONAMA Nº 362/2005, a saber:</i> <i>“ emitir a cada aquisição de óleo lubrificante usado ou contaminado, para o gerador ou revendedor, o respectivo Certificado de Coleta;”</i>	<i>de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);</i>

➤ Rerrefinadores que deixarem de apresentar os comprovantes dos CERTIFICADOS DE RECEBIMENTO emitidos por ocasião do recebimento dos OLUCs dos coletores autorizados;



<u>RERREFINADORES</u>			
Procedimento fiscalizatório:		<i>verificação de documentação pertinente – Certificados de Recebimento</i>	
Penalidade (s):		<i>Base legal</i>	<i>Valor.</i>
<i>Aplicação de multa</i>		<p><i>artigo 3º, inciso VI da Lei Nº 9.847, de 26.10.1999, a saber:</i> <i>"VI - não apresentar, na forma e no prazo estabelecidos na legislação aplicável ou, na sua ausência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os documentos comprobatórios de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis;"</i> <i>Artigo 20, inciso II, da Resolução CONAMA Nº 362/2005, a saber:</i> <i>"II - manter atualizados e disponíveis para fins de fiscalização os registros de emissão de Certificados de Recebimento, bem como outros documentos legais exigíveis, pelo prazo de cinco anos;"</i></p>	<p><i>de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);</i></p>

 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA Diretoria de Proteção Ambiental - DIPA		415925 SÉRIE D	
AUTO DE INFRAÇÃO			
01 CÓDIGO DA CATEGORIA DO AUTUADO		02 OFFICHO	
03 NOME DO AUTUADO			
04 ENDEREÇO			
05 NATUREZA DA FALTA		06 O DANO / TÍTULO ELETRÔNICO / PROPRIO	
07 SÍMBOLO		08 SÍMBOLO	
09 MUNICÍPIO DO INCIDENTO		10 MUNICÍPIO (DESCRIÇÃO)	
11 SÍMBOLO DA INFRAÇÃO		12 SÍMBOLO	
As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades de (produtor/importador/revendedor de óleos lubrificantes acabados) (coletor/retificador de óleos usados ou contaminados) mencionadas nos incisos I e II do art. 17 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir a da publicação desta Lei incorrerão em infração punível com multa de:			
01 SÍMBOLO DE ACESSO (SÍMBOLO)		02 SÍMBOLO DE ACESSO (SÍMBOLO)	
70 Par. 1º 72		17 Inc. II 1º	
Lei Nº 9.605/88		Lei Nº 6.938/81	
03 SÍMBOLO		04 SÍMBOLO	
05 O INFRATOR TEM PRAZO DE 30 (VINTE) DIAS PARA PAGAR A MULTA OU APRESENTAR DEFESA AO IBAMA		06 SÍMBOLO DA MULTA	
07 SÍMBOLO DO CÓDIGO DA MULTA, CONFORME TABELA DE CODIFICAÇÃO DO IBAMA		08 SÍMBOLO DA MULTA	
09 SÍMBOLO DA MULTA		10 SÍMBOLO DA MULTA	
11 SÍMBOLO DA MULTA		12 SÍMBOLO DA MULTA	
13 SÍMBOLO DA MULTA		14 SÍMBOLO DA MULTA	
15 SÍMBOLO DA MULTA		16 SÍMBOLO DA MULTA	
17 SÍMBOLO DA MULTA		18 SÍMBOLO DA MULTA	
19 SÍMBOLO DA MULTA		20 SÍMBOLO DA MULTA	
21 SÍMBOLO DA MULTA		22 SÍMBOLO DA MULTA	
23 SÍMBOLO DA MULTA		24 SÍMBOLO DA MULTA	
25 SÍMBOLO DA MULTA		26 SÍMBOLO DA MULTA	
27 SÍMBOLO DA MULTA		28 SÍMBOLO DA MULTA	
29 SÍMBOLO DA MULTA		30 SÍMBOLO DA MULTA	
31 SÍMBOLO DA MULTA		32 SÍMBOLO DA MULTA	
33 SÍMBOLO DA MULTA		34 SÍMBOLO DA MULTA	
35 SÍMBOLO DA MULTA		36 SÍMBOLO DA MULTA	
37 SÍMBOLO DA MULTA		38 SÍMBOLO DA MULTA	
39 SÍMBOLO DA MULTA		40 SÍMBOLO DA MULTA	
41 SÍMBOLO DA MULTA		42 SÍMBOLO DA MULTA	
43 SÍMBOLO DA MULTA		44 SÍMBOLO DA MULTA	
45 SÍMBOLO DA MULTA		46 SÍMBOLO DA MULTA	
47 SÍMBOLO DA MULTA		48 SÍMBOLO DA MULTA	
49 SÍMBOLO DA MULTA		50 SÍMBOLO DA MULTA	
51 SÍMBOLO DA MULTA		52 SÍMBOLO DA MULTA	
53 SÍMBOLO DA MULTA		54 SÍMBOLO DA MULTA	
55 SÍMBOLO DA MULTA		56 SÍMBOLO DA MULTA	
57 SÍMBOLO DA MULTA		58 SÍMBOLO DA MULTA	
59 SÍMBOLO DA MULTA		60 SÍMBOLO DA MULTA	
61 SÍMBOLO DA MULTA		62 SÍMBOLO DA MULTA	
63 SÍMBOLO DA MULTA		64 SÍMBOLO DA MULTA	
65 SÍMBOLO DA MULTA		66 SÍMBOLO DA MULTA	
67 SÍMBOLO DA MULTA		68 SÍMBOLO DA MULTA	
69 SÍMBOLO DA MULTA		70 SÍMBOLO DA MULTA	
71 SÍMBOLO DA MULTA		72 SÍMBOLO DA MULTA	
73 SÍMBOLO DA MULTA		74 SÍMBOLO DA MULTA	
75 SÍMBOLO DA MULTA		76 SÍMBOLO DA MULTA	
77 SÍMBOLO DA MULTA		78 SÍMBOLO DA MULTA	
79 SÍMBOLO DA MULTA		80 SÍMBOLO DA MULTA	
81 SÍMBOLO DA MULTA		82 SÍMBOLO DA MULTA	
83 SÍMBOLO DA MULTA		84 SÍMBOLO DA MULTA	
85 SÍMBOLO DA MULTA		86 SÍMBOLO DA MULTA	
87 SÍMBOLO DA MULTA		88 SÍMBOLO DA MULTA	
89 SÍMBOLO DA MULTA		90 SÍMBOLO DA MULTA	
91 SÍMBOLO DA MULTA		92 SÍMBOLO DA MULTA	
93 SÍMBOLO DA MULTA		94 SÍMBOLO DA MULTA	
95 SÍMBOLO DA MULTA		96 SÍMBOLO DA MULTA	
97 SÍMBOLO DA MULTA		98 SÍMBOLO DA MULTA	
99 SÍMBOLO DA MULTA		100 SÍMBOLO DA MULTA	
101 SÍMBOLO DA MULTA		102 SÍMBOLO DA MULTA	
103 SÍMBOLO DA MULTA		104 SÍMBOLO DA MULTA	
105 SÍMBOLO DA MULTA		106 SÍMBOLO DA MULTA	
107 SÍMBOLO DA MULTA		108 SÍMBOLO DA MULTA	
109 SÍMBOLO DA MULTA		110 SÍMBOLO DA MULTA	
111 SÍMBOLO DA MULTA		112 SÍMBOLO DA MULTA	
113 SÍMBOLO DA MULTA		114 SÍMBOLO DA MULTA	
115 SÍMBOLO DA MULTA		116 SÍMBOLO DA MULTA	
117 SÍMBOLO DA MULTA		118 SÍMBOLO DA MULTA	
119 SÍMBOLO DA MULTA		120 SÍMBOLO DA MULTA	
121 SÍMBOLO DA MULTA		122 SÍMBOLO DA MULTA	
123 SÍMBOLO DA MULTA		124 SÍMBOLO DA MULTA	
125 SÍMBOLO DA MULTA		126 SÍMBOLO DA MULTA	
127 SÍMBOLO DA MULTA		128 SÍMBOLO DA MULTA	
129 SÍMBOLO DA MULTA		130 SÍMBOLO DA MULTA	
131 SÍMBOLO DA MULTA		132 SÍMBOLO DA MULTA	
133 SÍMBOLO DA MULTA		134 SÍMBOLO DA MULTA	
135 SÍMBOLO DA MULTA		136 SÍMBOLO DA MULTA	
137 SÍMBOLO DA MULTA		138 SÍMBOLO DA MULTA	
139 SÍMBOLO DA MULTA		140 SÍMBOLO DA MULTA	
141 SÍMBOLO DA MULTA		142 SÍMBOLO DA MULTA	
143 SÍMBOLO DA MULTA		144 SÍMBOLO DA MULTA	
145 SÍMBOLO DA MULTA		146 SÍMBOLO DA MULTA	
147 SÍMBOLO DA MULTA		148 SÍMBOLO DA MULTA	

II .2) Das infrações ao licenciamento Ambiental das Atividades



que envolvam “OLUCs”

- Fazer funcionar a atividade de PRODUTOR de óleos lubrificantes acabados; sem o devido licenciamento ambiental

PRODUTORES

Empresas fabricante de óleos lubrificantes acabados e depósitos para armazenamento do produto(s) importados

Procedimento fiscalizatório:

verificação da Licença de Operação(LO) emitida por órgão ambiental competente

Penalidade (s):

Base legal

Valor da multa.

Embargo da atividade e aplicação de multa respectiva

•Lei N° 9.605/98, artigo 60
•Decreto N° 3.179/99, artigo 44, a saber:
“Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinente;
•Art. 2º inciso X Resolução CONAMA N° 362/2005

de R\$ 500,00 (quinhentos reais)) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

➤ **Exercer a atividade de COLETA de óleos lubrificantes usados ou contaminados, sem o devido licenciamento ambiental**



COLETORES

peças jurídicas, devidamente autorizadas pela ANP e licenciadas pelo órgão ambiental competente para realização da atividade de coleta deste resíduo.

Procedimento fiscalizatório:	<i>verificação da Licença de Operação(LO) emitida por órgão ambiental competente</i>	
Penalidade (s):	<i>Base legal</i>	<i>Valor da multa.</i>
<i>Embargo da atividade e aplicação de multa respectiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> •Lei Nº 9.605/98, artigo 60 •Decreto Nº 3.179/99, artigo 44, a saber: <i>"Construir, reformar, ampliar, instalar ou <u>fazer funcionar</u>, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos obras <u>ou serviços</u> <u>potencialmente poluidores</u>, <u>sem licença</u> ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinente;</i> •Art. 2º inciso I Resolução CONAMA Nº 362/2005 	<i>de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)</i>

II.3) Da fiscalização do Transporte de OLUCs



➤ Exercer a atividade de coleta em veículo que esteja em desacordo com a legislação de transporte específica (Decreto Nº 96.044/88 – ANTT e Resolução Nº 420/2004)

Procedimento fiscalizatório:	<i>Checação dos itens de segurança e sinalização do veículo, documentação do motorista (curso "MOPE"), etc</i>	
Penalidade (s):	<i>Base legal</i>	<i>Valor da multa.</i>
<i>Apreensão do veículo e aplicação de multa respectiva</i>	<ul style="list-style-type: none"><i>Decreto Nº 96.044/88</i><i>Art. 2º inciso XIII Resolução CONAMA Nº 362/2005</i>	<i>de R\$ XXXX,00 a R\$ yyyyy,00</i>

Muito Obrigado!



João Bosco Costa Dias

IBAMA/Brasília

Diretoria de Qualidade Ambiental – DIQUA

Coordenadoria de Resíduos e Emissões – COREM

Tel.: (61) 3316-1245**

Fax: (61) 3316-1240**

**Emails: *joao.dias@ibama.gov.br*
*boscodiasster@gmail.com***